

DESEMPREGO, SOFRIMENTO PSÍQUICO E O COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO EM DOIS FRAGMENTOS DE “*ELES ERAM MUITOS CAVALOS*” (2001), DE LUIZ RUFFATO

Rafael Lucas Santos da Silva¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo uma análise de dois fragmentos da obra *Eles eram muitos cavalos*, de Luiz Ruffato. Publicado em 2001, a característica da estrutura fragmentária do romance possibilitou a seleção de dois fragmentos como *corpus*, a saber, “#19 Brabeza” e “#44 Trabalho”, com vistas a discutir, de maneira focalizada, a figuração de experiências de desemprego como sintoma das contradições sociais à luz do processo histórico-social brasileiro. Para este fim, partindo das noções de “promessa desenvolvimentista”, de Cardoso (2010) e Schwarz (1999), e de “sofrimento psíquico”, de Safatle (2020), elaboramos a análise do *corpus* em perspectiva interdisciplinar. Tendo em vista o pressuposto de que a experiência social do trabalho — ou de sua ausência — não se limita ao campo econômico, mas atravessa os processos de constituição subjetiva e os mecanismos de reconhecimento social, a hipótese que direcionou a abordagem foi que era possível apreender na composição dos fragmentos uma experiência das personagens marcada por sofrimento psíquico oriundo do desemprego, o que permitiu inferir que tal experiência possui lastro histórico com longo percurso de sedimentação no processo histórico-social, especialmente no que tange à figura do “homem livre pobre” (SCHWARZ, 2012), bem como desvela o colapso das promessas da modernização.

Palavras-chave: Literatura brasileira contemporânea; os pobres na literatura; subjetividade e processo social.

UNEMPLOYMENT, PSYCHIC SUFFERING, AND THE COLLAPSE OF MODERNIZATION IN TWO FRAGMENTS OF “*ELES ERAM MUITOS CAVALOS*” (2001) BY LUIZ RUFFATO

Abstract: This article aims to analyze two fragments from *Eles eram muitos cavalos*, by Luiz Ruffato. Published in 2001, the novel's fragmentary structure allowed for the selection of two excerpts as the corpus, namely “#19 Brabeza” and “#44 Trabalho,” with the objective of discussing, in a focused manner, the representation of unemployment experiences as a symptom of social contradictions in light of the Brazilian historical-social process. To this end, drawing on the notions of “developmentalist promise” by Cardoso (2010) and Schwarz (1999), and “psychic suffering” by Safatle (2020), we conducted an interdisciplinary analysis of the corpus. Considering the premise that the social experience of work—or its absence—is not limited to the economic sphere but permeates the processes of subjective constitution and mechanisms of social recognition, the hypothesis that guided the approach was that it is possible to apprehend in the composition of the fragments an experience of the characters marked by psychic suffering resulting from unemployment. This, in turn, allowed us to infer that such an experience has a historical foundation with a long trajectory of sedimentation in the historical-social process, particularly concerning the figure of the “poor free man” (SCHWARZ, 2012), as well as revealing the collapse of modernization promises.

¹ Doutor em Letras pela UEM (2024). Realiza estágio de pós-doutorado (2025-2026) junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE/UEM), com financiamento CAPES/PIPD. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1245-8284>. E-mail: rafaellsilva.prof@gmail.com.

Keywords: Contemporary Brazilian Literature; The Poor in Literature; Subjectivity and Social Process.

Considerações iniciais

A necessidade de dar voz ao sofrimento é a condição de toda verdade. Pois sofrimento é objetividade que pesa sobre o sujeito; aquilo que ele experimenta como seu elemento mais subjetivo, sua expressão, é objetivamente mediado

Theodor Adorno (1966).

Qual a relação entre ficção, trabalho e sofrimento? Tal questão tensiona uma compreensão do sofrimento psíquico como expressão de contradições imanentes à organização social, especialmente no que se refere às relações de trabalho e seus desdobramentos na literatura brasileira contemporânea. *Eles eram muitos cavalos* (Ruffato, 2013) é uma obra na qual encontramos, justamente, as repercussões da crise da instituição do mercado de trabalho formal no universo simbólico das suas personagens, a ponto de levar ao sofrimento psíquico.

Luiz Ruffato inscreve-se no campo literário brasileiro contemporâneo como um dos poucos escritores a converter o trabalho e as experiências de relações de trabalho em matéria ficcional. A falta dessa temática pode ser vista como um sintoma do processo atual do neoliberalismo, sentido de modo mais agudo na periferia do capitalismo.

Nas narrativas de Ruffato, as relações de trabalho não são apenas pano de fundo, mas o próprio eixo em torno do qual gravitam os dilemas de suas personagens. Conforme o próprio autor assinalou:

Sobre o que escrever era a pergunta que me parecia fácil responder. Obviamente, eu pensava sobre o universo que conheço, o do trabalhador urbano, os sonhos e os pesadelos da classe média baixa, esse recorte social indefinido, com todos os seus preconceitos e toda a sua tragédia. (...) Mas, curiosamente, quando fui pesquisar na história da literatura brasileira os meus antecessores, imensa a minha decepção. Poucos, ou melhor, pouquíssimos autores, haviam se debruçado sobre essa questão (Ruffato, 2008, p. 320).

Esse depoimento revela não apenas a escolha temática de Ruffato, mas a lacuna histórica que ele procura preencher, demonstrando uma percepção que carrega em si uma dimensão radical de ruptura, identificando a cultura como arena de lutas e contradições. Afinal, como destaca Bastos (2006, p. 93), “a prática literária é também uma forma de representação política”, na medida em que inscreve e reconfigura experiências coletivas dentro do universo simbólico

da ficção. Portanto, se o trabalho constitui uma das categorias fundamentais da vida social, sua ausência enquanto matéria literária sinaliza um deslocamento significativo nas formas de representação do sistema literário brasileiro.

O interesse de Ruffato pela reflexão sobre as relações de trabalho envolve uma enorme dedicação a pensar a sociedade brasileira. A característica desse interesse não implicou seguir um relato factual. A produção ficcional de Ruffato reforça aquilo que Lima (1981) destacou como a especificidade da ficção: seu poder de desvelar contradições que escapam à análise objetiva das instituições. Segundo o autor, a “via específica” da ficção configura-se como “exploração simbólica das instituições sociais e de suas repercussões no universo simbólico dos indivíduos”, possibilitando, dessa maneira, que seja desvelado “o que não seria apreensível pela análise direta destas instituições, que a respeito limita-se a apresentar estatísticas e testemunhos ilustrativos” (Lima, 1981, p. 127)

Nessa perspectiva, argumentamos que a produção ficcional de Ruffato tematiza a instituição do trabalho e suas repercussões no universo simbólico das personagens, desvelando um sofrimento psíquico. Desde sua recepção inicial, *Eles eram muitos cavalos* (daqui em diante *EEMC*) tem sido amplamente discutido como um romance que captura a experiência urbana em sua forma mais fragmentária e caótica. No entanto, a experiência social do trabalho permaneceu muitas vezes em segundo plano. Hossne (2007) destacou que a condição urbana não deveria ser compreendida como um processo isolado das relações sociais e econômica, defendendo, assim, que a obra de Ruffato “problematiza a questão na medida em que seu foco são menos as cidades - as grandes ou pequenas - e muito mais o fracasso de um projeto de modernização” (Hossne, 2007, p. 19).

Diante disso, o presente artigo deseja contribuir aos estudos da obra *EEMC*, a partir de uma reflexão a respeito desse “fracasso de um projeto de modernização” tangente às experiências de trabalho presentes na obra de Ruffato. Dada a característica da estrutura fragmentária do romance, optamos por selecionar dois fragmentos como *corpus*, a saber, “#19 Brabeza” e “#44 Trabalho”, com vistas a discutir, de maneira focalizada, a figuração de experiências de desemprego como sintoma das contradições sociais à luz do processo histórico-social brasileiro. Nos dois fragmentos selecionados para *corpus* de análise, esperamos evidenciar que a forma como Ruffato compõe as personagens é através do modo como a impossibilidade de ingressar no mercado de trabalho formal incide sobre elas, permitindo contemplar uma formalização estética do colapso histórico de uma promessa

desenvolvimentista que, ao prometer inclusão social, produziu, em seu lugar, exclusão e sofrimento.

Qual promessa é esta da modernização e como seu colapso produz sofrimento? Uma compreensão preliminar do cerne dessa questão faz-se, pois, necessária inicialmente, porque orientou a abordagem adotada. Tal compreensão fundamenta-se nos estudos de Cardoso (2010) e Schwarz (1999), aos quais associamos a noção de sofrimento psíquico. Na esteira de Safatle (2020), compreendemos o sofrimento psíquico intimamente ligado a déficits de reconhecimento social. Conforme esclarece o autor, o sofrimento psíquico não é meramente um problema individual, mas a expressão de contradições imanentes à organização social, possibilitando, assim, uma concepção que defende a inseparabilidade entre o sofrimento psíquico e a estrutura do desejo, da linguagem e das formas institucionais de organização social. Mobilizando tais compreensões, em perspectiva interdisciplinar, defende-se os fragmentos “#19 Brabeza” e “#44 Trabalho” como exemplos marcantes de sofrimento psíquico oriundo do desemprego, o que permitiu, finalmente, inferir sua relação no sistema literário, no que se refere ao binômio exclusão/representação das classes marginalizadas, concluindo que possui lastro histórico com longo percurso de sedimentação no processo histórico-social, especialmente no que tange à figura do “homem livre pobre” (Schwarz, 1990, 2012). Os resultados deste artigo são relevantes para ampliar o entendimento e contribuir para o debate acerca das complexas relações entre trabalho, subjetividade e processo histórico-social na literatura brasileira.

1. Trabalho e sofrimento pelas promessas não cumpridas na modernização periférica

A expressão “promessa” é utilizada por Cardoso (2010) e Schwarz (1999) para expressar que a estruturação de um mercado de trabalho formal nunca se concretizou plenamente na sociedade brasileira. Abordando as políticas trabalhistas varguistas, Cardoso (2010) indica que nesse momento surgiu um horizonte de expectativas, esclarecendo que, nesse sentido, foi gerado nos trabalhadores “a *expectativa* de proteção social, alimentando uma *promessa* de integração cidadã” (Cardoso, 2010, p. 776, grifos do autor). O impacto dessa promessa se fez sentir especialmente no deslocamento das populações rurais para as cidades. Essa expectativa possibilitava esperança de ascensão social e estava diretamente ligada à crença de que o mercado de trabalho urbano permitiria uma melhoria substancial das condições de vida.

De acordo com Schwarz (1999), o “nacionalismo desenvolvimentista” surgiu como uma tentativa de superação da condição colonial e da dependência econômica, promovendo a industrialização como caminho para a modernização e a integração social. A questão é abordada

pelo autor como a “promessa desenvolvimentista”, cuja promessa era a da “sociedade nacional integrada”, preocupada com o “destino dos oprimidos e excluídos” a fim de trazê-los “ao universo da cidadania, do trabalho assalariado e da atividade econômica moderna” (Schwarz, 1999, p. 156).

Contudo, para Cardoso (2010) e Schwarz (1999) a expectativa gerada pelas políticas trabalhistas e pela industrialização não foi acompanhada por uma efetiva concretização de uma sociedade do trabalho, mas sim por um modelo restritivo e seletivo de inclusão. Em suas análises, Schwarz (1999) não apenas desmistifica a promessa desenvolvimentista, como também esclarece que sua falência implica a própria expressão do modo como a modernização periférica brasileira se deu dentro da lógica do capitalismo global, “um aspecto da inviabilização global das industrializações retardatárias, ou seja, da impossibilidade crescente, para os países atrasados, de se incorporarem enquanto nações e de modo socialmente coeso ao progresso do capitalismo” (Schwarz, 1999, p. 160). Ao discutir os efeitos concretos desse fracasso, Schwarz (1999) apontou para a criação de uma massa de trabalhadores sem lugar na nova ordem econômica: “uma condição histórica nova, de sujeitos monetários sem dinheiro, ou de ex-proletários virtuais, disponíveis para a criminalidade e toda sorte de fanatismos” (Schwarz, 1999, p. 159).

Nos anos 1980, o desenvolvimentismo entra em crise devido à globalização e às novas demandas tecnológicas. Schwarz (1999) destaca que, com as mudanças estruturais do capitalismo, estava claro que a promessa havia colapsado. Concebemos que é precisamente nesse horizonte que *EEMC*, de Luiz Ruffato, se insere, formalizando esteticamente o colapso da modernização, a desintegração social e a quebra de expectativas de que falam Cardoso e Schwarz. Na esteira de Schwarz (2019), podemos compreender como uma trágica experiência que implica um impasse estrutural: “se você observar o Brasil, vai sentir intensamente que os pobres gostariam de trabalhar para entrar no mercado e conquistar um mínimo de reconhecimento social. Mas não há trabalho para eles. Essa gente foi abandonada de mãos vazias” (Schwarz, 2019, p. 135).

Dentro dessa perspectiva, é crucial levarmos em consideração que esse não reconhecimento funda uma forma específica de sofrimento, que não se reduz à privação econômica, mas se configura como um colapso da própria possibilidade de inscrição simbólica no tecido social. Partindo da psicanálise lacaniana, Safatle (2020) esclarece ser possível compreender que o sofrimento é sempre uma expressão de contradições e *déficits* de reconhecimento na sociedade. Essa concepção desloca o entendimento do sofrimento psíquico

do campo da patologia para o campo da contradição e da crise, elementos que são inerentes à própria vida social.

Tal compreensão do autor, fundamentada na teoria lacaniana, enfatiza a inseparabilidade entre subjetividade e estrutura social. Se a vida psíquica é um efeito da estrutura social, então as formas de sofrimento não podem ser compreendidas sem uma crítica às contradições presentes nessas estruturas. Assim, Safatle (2020) argumenta que o sofrimento psíquico pode ser lido como um sintoma de um mal-estar mais profundo nas relações sociais, funcionando, muitas vezes, como um protesto silencioso contra formas de dominação e exclusão.

Diante das reflexões apresentadas, esperamos ter conseguido indicar o campo fértil para discutir a relação entre as contradições sociais, o impacto do colapso da modernização e a questão do sofrimento psíquico. Devido ao escopo, essas reflexões teóricas apresentadas apenas sintetizam os contornos iniciais das problemáticas, as quais discutiremos já mediante a análise da obra de Ruffato na próxima seção.

2. Fragmentos de vidas colapsadas

Ruffato (2010) já assinalou que concebe ser necessário “assumir a fragmentação como técnica (as histórias compondo a História) e a precariedade como sintoma – a precária arquitetura do romance, a precária arquitetura do espaço urbano” (Ruffato, 2010, p. 139). Com efeito, observa-se que a principal característica em *EEMC* é a ausência de um narrador central ou unificador, estabelecendo uma perspectiva fragmentária que desafia o leitor a construir um significado a partir da justaposição e do contraste entre os fragmentos. De acordo com Hossne, em *EEMC* “a cidade é antes de tudo as relações que nela se estabelecem: a sociabilidade na cidade é a história mesma que se conta no livro.” (Hossne, 2007, p. 36). Por isso, compreendemos cada fragmento de *EEMC* funcionando como uma janela para um aspecto da cidade, com personagens anônimos que representam diferentes experiências urbanas de relações sociais.

Tal aspecto mobilizou o questionamento quanto a sociabilidade específica das experiências das relações de trabalho. O pesquisador Otsuka (2022) foi responsável por uma importante reflexão sobre essa relação da técnica da fragmentação com a questão das relações de trabalho. Indicou que a disposição dos fragmentos do romance não é arbitrária; ao contrário, a organização cronológica dos episódios indica um tempo rigidamente subordinado à lógica do trabalho: “a maior parte das atividades realizadas pelas personagens liga-se ao trabalho ou tem relação, ainda que negativa, com o trabalho” (Otsuka, 2022, p. 263). Segundo o autor, é possível

também perceber nos fragmentos diferentes modalidades de atuação no mercado de trabalho: “Os segmentos narrativos focalizam principalmente personagens da classe média baixa que atuam em diversas formas de trabalho – formal, informal, semilegal” (Otsuka, 2022, p. 263).

Ou seja, não se trata de que “há poucos trabalhadores no livro”, conforme havia compreendido Sá (2007, p. 96). As relações de trabalho sobretudo acontecem fora do âmbito do mercado de trabalho formal. É igualmente relevante, assim, observar que também encontramos fragmentos significativos que o desemprego se impõe como uma forma específica de violência social e psíquica, aumentando a dramatização do não cumprimento das promessas desenvolvimentistas, como é o caso dos fragmentos selecionados para o *corpus* de análise.

2.1. “#9 Brabeza”

A diegese desse fragmento focaliza a personagem Brabeza, que está interessado em comprar um rádio-gravador como presente de Dia das Mães. A necessidade de presentear a mãe doente impulsiona a narrativa: “Quatro tardes para o Dia das Mães e nem um puto no bolso” (Ruffato, 2013, p. 46). A concisão da frase inicial já dá o tom do relato: um tempo escasso, uma data que se impõe como imperativo afetivo e a ausência de recursos financeiros.:

Horas várias perfilara na frente da vitrina Extra-Mappin da praça Ramos, no registro de preços, prestações, hum, que complicação!, carteira-assinada, comprovação de endereço, RG, CIC, duas referências, hum, que complicação! Não, haverá de dar jeito, armar outra qualquer, a velha, coitada, nem exigente, aliás, nem esperando nada, o que ganhasse, surpresa, de bom tamanho, aplaudiria. Bem, então, à luta! Um rádio-gravador AM/FM CCE mesmo e estamos conversados! Agora: onde cavar uns trocados? Brabeza despasseia. Lugar para bater carteira é a rua Barão de Itapetininga, os caixas-eletrônicos (Ruffato, 2013, p. 46).

O desejo de comprar o presente vai, justamente, revelar a precariedade econômica, evidenciada pela busca constante por trabalho (“garimpo por trabalho”). É dessa tensão que se desdobra o fragmento. A narração é fragmentada e circular, alternando momentos de ação com flashes de memórias. Percebemos uma combinação de elementos do presente, como sua “campana” na rua Barão de Itapetininga, e lembranças que ampliam o contexto emocional e moral da personagem. O narrador adota uma perspectiva heterodiegética com forte influência do foco modo dramático e elementos de câmera. Isso significa que o narrador observa e relata os acontecimentos do lado de fora, mas mantém proximidade com a experiência da personagem, reproduzindo seus pensamentos e reflexões de maneira direta e indireta-livre, de maneira que a

ambientação é reflexa e construída pela perspectiva do protagonista. O narrador utiliza as percepções e pensamentos de Brabeza para compor a atmosfera de tensão, sofrimento e desespero.

A linguagem de Brabeza é sintomática: frases curtas, interjeições, hesitações expressam a angústia de um sujeito que não pode se dar ao luxo da introspecção. A escrita é rápida, telegráfica em certos momentos, e não permite elaborações extensas, como se o próprio ritmo impedisse a reflexão aprofundada. O mundo não dá tempo para parar e pensar; a narrativa do fragmento reproduz essa pressão. As frases fragmentadas, a ausência de transições fluidas entre os pensamentos e os eventos reforçam a ideia de um tempo que atropela o sujeito: não há respiro, porque o mundo que se narra não permite respiro.

Desempregado, o dinheiro não é possível advir de um salário. Nem mesmo atua no setor informal. A resposta de Brabeza a essa exclusão se dá na criminalidade de pequeno porte: furto, golpes, abordagens nos caixas eletrônicos. De fato, conforme destacou Schwarz (1999, p. 174), “os excluídos de hoje são consumidores sem meios para consumir, o que os obriga a algum grau de ilegalidade. Se não há emprego e tudo tem preço, como vão fazer?”. Na pergunta formulada por Schwarz (1999), encontra-se um elo entre o desemprego estrutural e a criminalização da pobreza. A ausência de trabalho formal empurra uma parcela significativa da classe trabalhadora para a economia informal e para práticas ilícitas de sobrevivência.

Destaque-se que o relato do fragmento não glamouriza a delinquência nem a apresenta como escolha, e sim como um desdobramento quase natural da impossibilidade de inserção no mercado de trabalho. A contradição se orienta pelo interesse de Brabeza não querer, na realidade, executar esses roubos e furtos: “Despretensioso, na hora que a coisa aprumar, persegue emprego decente, limpo de consciência. Mas, enquanto, não pode a mãe passar necessidade, na cama entrevada, doença indescoberta” (Ruffato, 2013, p. 47).

O roubo não dá prazer – mas a recusa ao roubo tampouco oferece alternativa. O sofrimento psíquico de Brabeza se manifesta não apenas pela incerteza material, mas pela tensão ética que sua situação impõe. Ele não deseja ser um “bandido”, como ele mesmo grita ao ser detido, mas a estrutura social não lhe permite outra forma de ação que não seja aquela que o coloca em conflito com a norma. O trecho “Nada de curriola, então: na solidão, o centro seu palco” (Ruffato, 2013, p. 45) é revelador: há um deslocamento do pertencimento coletivo para a ação solitária, que reforça o desamparo e, ao mesmo tempo, a individualização da sobrevivência.

A sua identidade se constrói a partir de uma constante busca por reconhecimento – seja através da obtenção de bens que simbolizam valor social (como o rádio-gravador) ou da tentativa de legitimar sua experiência por meio de narrativas de trabalho honesto. A dissonância entre o pragmatismo para execução dos delitos e a culpa internalizada reforça a fragmentação subjetiva da personagem. Percebe-se na ação de Brabeza precisar ter a frieza estratégica (“Mulher, mais melhor: é marcar e ir atrás, momento chega, relaxo, pode tatear a bolsa da fulana ou meter a gilete no couro”), ao mesmo tempo que possui uma hesitação moral, expressa no incômodo ao lembrar da mãe: “vergonha de roubar, fica alembando a mãe, imaginando, se ela desconfia, hum, nossa senhora!, o fim, capaz de morrer, desgostosa” (Ruffato, 2013, p. 47). O episódio da prisão, por exemplo, marca esse momento de revelação:

Foi pego já, bobeira, em-antes devolveu aos dentes do bueiro a carteira de couro (legítima) grávida de dinheiro e documentos. Na delegacia da Sé já recebia as pancadas de praxe, quando a senhora afanada revelou não o reconhecer. Berrou, então, a honestidade de seu garimpo por trabalho; bradou a carteira-profissional anotada (com carimbos falsos); “Não sou bandido!, não sou bandido não!”; chorou (Ruffato, 2013, p. 46-47).

O termo “garimpo” inscreve a sua busca por emprego em um regime de exploração radical, evocando uma busca incessante e exaustiva em meio aos detritos de uma economia que não lhe reserva espaço. A menção à “carteira-profissional anotada (com carimbos falsos)” revela o impasse absoluto da sua condição: a tentativa de acessar os mecanismos institucionais do reconhecimento passa necessariamente pela falsificação, um simulacro de pertencimento.

Lacan (1991) esclareceu que o desejo está intrinsecamente vinculado à demanda, pois se estrutura a partir das marcas impressas pela demanda do Outro, de modo que o sofrimento implica a subjetivação do saber na demanda. No caso de Brabeza, o saber internalizado diz respeito à necessidade de trabalho como critério de pertencimento – daí seu apelo desesperado à carteira profissional, ainda que falsificada. No entanto, essa internalização é frustrada no momento em que as estruturas materiais e simbólicas lhe interditam qualquer possibilidade de acesso a esse trabalho, e, conseqüentemente, ao reconhecimento social que dele advém. A angústia de Brabeza, expressa no choro que encerra o trecho, advém justamente dessa impossibilidade de encontrar um lugar discursivo estável. Ele oscila entre a posição de trabalhador frustrado e a de criminoso, mas nenhuma dessas posições lhe oferece uma saída efetiva, gerando um sofrimento psíquico.

2.2. “#44 Trabalho”

A diegese desse fragmento trata do percurso de um trabalhador, da sua busca por um ingresso no mercado de trabalho formal até a sua desistência. A personagem não é nomeada ao longo do fragmento. A jornada diária da personagem, “Todo dia às cinco horas da tarde toma rumo de casa, no Boi Malhado, a pé, porque nem trocado pra passagem do ônibus tem”, constitui não apenas uma rotina, mas um ponto de partida para a compreensão do seu sofrimento psíquico e do déficit de reconhecimento. Essa repetição cotidiana, marcada pela escassez – “nem trocado pra passagem do ônibus tem” – configura a narrativa de uma existência marcada pela marginalização, onde o próprio percurso diário revela uma ruptura entre o que é esperado (um deslocamento digno e reconhecido socialmente) e o que é vivido.

O ambiente pelo qual transita é marcado pela precariedade, pela violência simbólica e pela tensão constante entre os membros da família. Essa ambientação reflexa é construída de forma dissimulada, pois emerge principalmente das ações e pensamentos do personagem, sem descrições elaboradas. O narrador adota uma perspectiva heterodiegética, mas o tempo da narração é predominantemente subjetivo, com momentos em que as reflexões e experiências do protagonista interrompem a fluidez cronológica. O conflito dramático implica o fato de que o protagonista enfrenta a incapacidade de mudar sua situação e, ao mesmo tempo, tenta manter a dignidade frente às humilhações:

Todo dia às cinco horas da tarde toma rumo de casa, no Boi Malhado, a pé, porque nem trocado pra passagem do ônibus tem. Já acompanhou uma montoeira de curso, Senac, Senai, Central do Trabalhador, nenhum asfaltou estrada prum bom emprego. Tudo, mero pretexto para a consentida escravidão, oito horas de suador diário, uma merreca no fim do mês, ô!, preferível a atoíce, ao menos pagar não paga pra trampar. E vagueia para a casa do sogro, onde se empilham, três anos já, num quartículo, cama de casal, penteadeira, guarda-roupa, bercinho, sufoco danado, mas não é defavor que moram não, têm orgulho, ara!, a mulher dirige a perua-escolar que o pai pôs pra rodar, clandestina, sim, fosse regularizar!, primeiro tocava engordar caixa, depois, a parte do governo, simpatizava com a compreensão das escolinhas, ia-se vivendo (Ruffato, 2013, p. 102).

A frase “nenhum asfaltou estrada prum bom emprego” condensa a tensão entre a promessa e a frustração. O próprio deslocamento diário — feito a pé, por falta de dinheiro para a passagem — é emblemático de uma mobilidade ilusória, um percurso que, ao invés de levar ao progresso, apenas repete a condenação à precariedade. O verbo “asfaltar” associado ao

emprego evoca a ideia de um caminho sólido e estruturado que, no entanto, nunca se concretiza, remetendo à frustração diante das promessas não cumpridas do trabalho formal.

A situação exemplifica precisamente uma nova modalidade de alienação: não se trata mais apenas da rigidez impessoal do trabalho fordista, mas da exigência de autoexpressão produtiva dentro de um mercado em que a instabilidade e o risco são normalizados. Propomos que é possível apreender que essa situação impõe, também, à personagem uma forma de sofrimento psíquico estruturado pela internalização da responsabilidade individual pelo próprio fracasso.

A impossibilidade da ascensão social é o que determina o colapso subjetivo. A formação profissional prometida pelos cursos técnicos e centros de capacitação (“Senac, Senai, Central do Trabalhador”) apenas amplia a corrosão de qualquer horizonte de reconhecimento. O narrador desmonta aqui um grande mito social: o de que a qualificação profissional conduz ao sucesso. Não há redenção pelo esforço, apenas a constatação de que todo investimento retorna como frustração, que se transforma em sofrimento. O protagonista acumula cursos, mas não acumula perspectivas.

A precariedade se estende do trabalho à moradia: “E vagueia para a casa do sogro, onde se empilham, três anos já, num quartículo.” O verbo “empilhar” não é gratuito. Ele sugere não apenas a falta de espaço físico, mas a degradação da vivência da personagem. A convivência forçada gera humilhações constantes: “O cristo é mesmo o genro: motivador de piadas, desabonado na frente das vizinhanças” (Ruffato, 2013, p. 103). A presença do protagonista é tolerada, mas não aceita, desdobrando-se como humilhação social.

Note-se que essas “piadas”, que acentua a ausência de reconhecimento, implica já um deslocamento da responsabilidade pelo fracasso profissional das condições estruturais do mercado de trabalho para a suposta incapacidade pessoal do trabalhador em realizar sua individualidade e ingressar formalmente. Identificamos um uso intenso do sumário para condensar eventos passados (como as dificuldades financeiras) e cenas pontuais do presente, que caracterizam uma irreversibilidade quase palpável, na medida em que indicam a impossibilidade de restaurar o estado anterior de dignidade e autonomia. Esse caráter irreversível reforça a sensação de sofrimento psíquico, uma vez que o personagem se vê preso em uma espiral de repetições que não permitem a transformação efetiva de sua condição.

O próprio fragmento não possui pontuação final:

Aos domingos, quando a cunhadaria e os maridos e mulheres e os filhos e filhas achegam manhã acordando, rouba uns trocados da bolsa da esposa e sai

de fininho, o dia inteiro bundando no Parque Ibirapuera, deitado na grama olhando o jato d'água em frente à Assembleia Legislativa, nuvens que se formam e se desmancham, à espera de que o dia se desmorone e que tudo (Ruffato, 2013, p. 102).

A ausência de pontuação no final do trecho já sugere uma suspensão do sentido, um esgotamento que não encontra resolução. O Parque Ibirapuera, espaço de lazer e contemplação, não aparece como um refúgio genuíno, mas como um intervalo de inação, um espaço onde o personagem apenas “bundando”, observa passivamente o fluxo do mundo, sem encontrar nele qualquer possibilidade de ruptura. Um sofrimento psíquico pela ausência de possibilidade de um futuro que não esteja reduzido à mera sobrevivência.

3. “emprego em lugar nenhum”

Conforme Pochmann (2011), no ano de 2000 o Brasil ocupava a posição de 3º no *ranking* do desemprego global. Antunes e Pochmann (2007) utilizaram a expressão “explosão do desemprego estrutural” para definir esse período: “entre os anos de 1989 e 2005, o desemprego passou de 1,9 milhão de trabalhadores (3,% da PEA) para 8,9 milhões (9,3% da PEA), bem como houve piora nas condições e relações de trabalho” (Antunes; Pochmann, 2007, p. 207).

EEMC foi escrito e lançado justamente nesse período de explosão do desemprego estrutural. Incertezas envolvendo o desemprego, inclusive com personagens tendo medo de serem demitidos, é forte ao longo da construção da obra. A leitura dos fragmentos “#19 Brabeza” e “#44 Trabalho” permitiram compreender que o sofrimento psíquico se torna uma expressão do que não pôde ser reconhecido no campo simbólico, apontando para as promessas não cumpridas, expectativas frustradas e formas de reconhecimento negadas dentro do campo social.

Forrester (1997) formulou de maneira precisa uma dimensão que geralmente ficava em segundo plano: “não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que ele gera [...]” (Forrester, 1997, p. 10). O sofrimento psíquico nos fragmentos analisados não é apenas um tema, mas uma questão estrutural que afeta a forma do texto. A violência cotidiana, expressa na desigualdade material e na desagregação do reconhecimento social, provoca a clivagem na capacidade do narrador de organizar a experiência em um relato estável. A composição dos fragmentos, com frases curtas, elipses e sintaxe descontínua, mimetiza a precariedade que não

se limita às condições materiais dos protagonistas, mas também atinge suas subjetividades, espoliadas psiquicamente pela luta pela sobrevivência.

Aliando essa questão com a falência da promessa desenvolvimentista, que já vimos a partir de Cardoso (2010) e Schwarz (1999), compreendemos que resulta um sofrimento psíquico específico. A nova organização social já não oferece as mesmas oportunidades de emprego, mas continua a cobrar dos indivíduos uma inclusão no mercado de trabalho formal que se tornou estruturalmente inviável, gerando desamparo, que reforça o sofrimento psíquico.

A relação entre sofrimento psíquico e teoria lacaniana em Safatle (2020) aparece, sobretudo, na articulação entre subjetividade e estrutura simbólica, de maneira que a experiência do sofrimento psíquico, portanto, não pode ser dissociada dos processos de socialização. Nessa perspectiva, podemos compreender a crise do mercado de trabalho formal ultrapassando o contexto imediato de lançamento da obra *EEMC*. Se, conforme Safatle (2020), o sofrimento psíquico é inseparável das estruturas de reconhecimento social, convém sublinhar que esse reconhecimento social nunca aconteceu para uma significativa fração da classe trabalhadora brasileira. A promessa desenvolvimentista colapsou antes de mesmo de alcançar algum resultado relevante para uma fração considerável da classe trabalhadora subalternizada.

Schwarz (1999) enfatiza que a promessa desenvolvimentista era marcada por uma profunda contradição: ao mesmo tempo em que buscava incorporar a população marginalizada, ele produzia novas formas de exclusão. A cada ciclo de transformação material, renova-se a exclusão, não como uma falha do sistema, mas como sua verdade estrutural. No país onde o passado não passa, a dialética do progresso inverte seu próprio sentido: o avanço das forças produtivas já não se traduz em ampliação da cidadania, mas em sua restrição. Eis a contradição que Schwarz (2012) resume didaticamente:

Quando escrevia os seus extraordinários artigos abolicionistas, Joaquim Nabuco tinha claro o laço entre escravidão, latifúndio e degradações ligadas à dependência pessoal, no campo e na cidade. Nas palavras incisivas do próprio Nabuco, era um quadro que diminuía o valor de nosso título de cidadão. Desde então, até a crise do nacional-desenvolvimentismo, nos anos 1970, a transformação dos excluídos em assalariados rurais, operários e cidadãos fez parte do ideário progressista. Sobretudo através da industrialização e da reforma agrária, que prometiam reformar o país, acabando com a liga de mandonismo, miséria, clientelismo, subcidadania etc., que nos separavam da modernidade. Com a globalização, essas expectativas passaram por uma redefinição drástica. Para desconcerto geral da esquerda, a modernização agora se tornava excludente e reiterava a marginalização e a desagregação social em grande escala. Para quem não sabia, o progresso do capital e o progresso da sociedade podiam não coincidir (Schwarz, 2012, p. 178).

A dependência pessoal do século XIX, fundada na lógica do favor e do mandonismo, ressurgiu no século XXI sob o signo da precarização do trabalho, da informalidade e do desemprego estrutural. Essa descrição revela uma estrutura de exclusão que, apesar das mudanças históricas, manteve um padrão essencial: a falta de acesso ao trabalho formal e aos direitos plenos de cidadania. Se Brabreza nutre ainda vaga esperança de um emprego, percebemos que o trabalhador anônimo do fragmento “#44 Trabalho” já desistiu, expressando que o trabalho assalariado, fulcro da mediação social na era capitalista, perdeu sua centralidade, e com ele esgarçou-se a própria tessitura da modernidade, cujo horizonte de expectativas sempre esteve calcado na promessa de um futuro progressivamente mais promissor.

Considerações finais: “Cansei nada vale tanto sacrifício trabalhar trabalhar trabalhar pra quê?”

Os tópicos discutidos ao longo deste artigo sobre EEMC não esgotam a leitura desse romance. Realizamos a imersão nos detalhes em dois fragmentos, assumindo que, como afirmou Benjamin, “o conteúdo de verdade só pode ser captado pela mais exata das imersões nos pormenores do conteúdo material” (Benjamin, 1984, p. 50). Essa imersão possibilitou identificar que Ruffato se volta para a experiência dos marginalizados no espaço urbano, narrando o colapso de uma promessa social que nunca se realizou plenamente. Sobretudo, concebemos que os fragmentos “#19 Brabeza” e “#44 Trabalho” apresentam uma fratura social intransponível: os protagonistas não apenas são excluídos do mercado formal, mas encontram no próprio desemprego um impasse entre desejo e impossibilidade, entre o impulso para se inserir na ordem e a violência sistêmica que os excluem.

Ruffato ao inscrever o sofrimento psíquico de seus personagens no colapso da modernização periférica, ressignifica a tradição do romance social no Brasil. Como destaca Safatle (2020, p. 160), “o sofrimento psíquico se transforma em uma categoria política central por indicar sistemas de expectativas não realizadas no interior da vida social”. Isso porque o sofrimento psíquico é, antes de tudo, um problema de reconhecimento negado. Os protagonistas se movem, agem, resistem, mas estão sempre à margem de um sistema que já os excluíram antes mesmo que pudessem tentar entrar. Identificamos as duas personagens inseridas na lógica dos “sujeitos monetários sem dinheiro”, desprovidos dos recursos essenciais (salário, cidadania plena) para usufruir dos benefícios que o dinheiro deveria proporcionar. Schwarz (2012) traçou um paralelo entre os “sujeitos monetários sem dinheiro” e os “agregados” – homens livres, mas excluídos do núcleo da economia formal – que caracterizavam o período pós-escravista. No

século XIX, a ausência de uma proteção jurídica e a dependência de relações de favor (como o clientelismo e a patronagem) criavam um “limbo social para os pobres”. Embora os contextos sejam distintos, a comparação serve para evidenciar como, historicamente, a exclusão se manifesta por meio da precariedade dos vínculos formais de trabalho e cidadania.

Referências

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, Alberto; CATTANI, Antônio David (Orgs.). *Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Clasco, 2007. p. 195-210.

BASTOS, Hermenegildo. Formação e representação. *Cerrados: Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura*, n. 21, ano 15, Brasília, p. 91-112, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO, Adalberto. Uma Utopia Brasileira: Vargas e a Construção do Estado de Bem-Estar numa Sociedade Estruturalmente Desigual. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 4, 2010.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

HOSSNE, Andrea Saad. Degradação e acumulação: considerações sobre algumas obras de Luiz Ruffato. In: HARRISON, Marguerite Itamar. *Uma cidade em camadas: ensaios sobre o romance Eles eram muitos cavalos*, de Luiz Ruffato. Vinhedo: Horizonte, 2007. p. 18-42.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

OTSUKA, Edu Teruki. Uma imagem do colapso: Eles eram muitos cavalos, de Luiz Ruffato. In: ARAÚJO, Homero Vizeu; FLAFKE, Marina; SCHIFFNER, Tiago Lopes (Orgs.). *Saldo acumulado e o tamanho do estrago: estudos sobre literatura brasileira moderna*. Porto Alegre: Zouk, 2022, p. 261-271.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho no Brasil pós-neoliberal*. Brasília: Liber livros, 2011.

SÁ, Lúcia. Dividir, multiplicar, repetir: a São Paulo de Luiz Ruffato. In: HARRISON, Marguerite Itamar. *Uma cidade em camadas: ensaios sobre o romance Eles eram muitos cavalos*, de Luiz Ruffato. Vinhedo: Horizonte, 2007. p. 192-100.

SAFATLE, Vladimir. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*, Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SCHWARZ, Roberto. *Seja como for*. Entrevistas, retratos e documentos. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2019.

SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia*: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RUFFATO, Luiz. *Eles eram muitos cavalos*. 11ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

RUFFATO, Luiz. Até aqui, tudo bem! (como e por que sou romancista – versão século 21). In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (Orgs.). *Espécies de espaço*: territorialidades, literatura, mídia. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

RUFFATO, Luiz. Da impossibilidade de narrar. In: BITTAR, Eduardo C. B.; MELO, Tarso de. (Org.). *Cidades impossíveis*. São Paulo: Portal, 2010. p. 137-149.

Recebido em: 24/02/2025

Aceito em: 01/06/2025;